

Memória de Reunião

Ata da Reunião do Comitê Gestor Nacional de TIC - CGTIC

Data	Horário	Local
10/04/2012	10h00 às 15h00	Sala de Treinamentos do Anexo II, 3º andar, STF

Participantes

Alberto Silva	TJGO	asilva@tjgo.jus.br
Asiel Henrique de Sousa	TJDFT	asiel@tjdft.jus.br
Douglas de Almeida Cedro	TRF3	dcedro@trf3.jus.br
Eulaide Maria Vilela Lins	TRT11	eulaide.lins@trt11.jus.br
Euler Prado Rocha	TRT20	euler@trt20.jus.br
Fábio Ribeiro Porto	TJRJ	fabioporto@tjrj.jus.br
Fabio Salame	TJPA	fabio.salame@tjpa.jus.br
Ferdinando Marco Gomes Serejo	TJMA	ferdinandoserejo@gmail.com
Fernanda Montenegro	TRF5	fmmontenegro@trf5.jus.br
Fernando Caldeira Brant	TJMG	gab.fernandobrant@tjmg.jus.br
Francisco Ricardo de Gois Lima	STJ	chico@stj.jus.br
George Alexandre Silva	TRT12	george.silva@trt12.jus.br
Giuseppe Dutra Janino	TSE	giuseppe.janino@tse.jus.br
Gustavo Sanches	TST	gustavo.sanches@tst.jus.br
Helena Elias Pinto	JFRJ	helena@jfrj.jus.br
João Anízio de Torres Dantas	TJSE	anizio@tjse.jus.br
Jose Alexandre Franco	TRF1	alexandre.franco@trf1.jus.br
José Guilherme Carvalho Zagallo	OAB	guilherme@mnz.adv.br
Laureano Montarroyos Filho	TRF5	laureano@trf5.jus.br
Leonardo Alan da Costa	STM	lalam@stm.jus.br
Lilian Lygia Ortega Mazzeu	TRT-SP	gablmazzeu@trtsp.jus.br
Lúcio Melre da Silva	STF	lucio.melre@stf.jus.br
Luis Carlos Villani de Souza	TJSP	villani@tjsp.jus.br
Luís Felipe Schneider	TJRS	lfelipe@tjrs.jus.br
Marivaldo Dantas de Araujo	CNJ	marivaldo.araujo@cnj.jus.br

Olívio Fernandes Balbino	CNJ	olivio.balbino@cnj.jus.br
Paulo Célio Soares da Silva Júnior	CNMP	pauloceliojr@cnmp.gov.br
Paulo Cristovao	CNJ	paulo.cristovao@cnj.jus.br
Rafael Almeida de Paula	TST	rafaep@tst.jus.br
Roberio Pinto Souza	TJSP	rpsouza@tjsp.jus.br
Rodrigo Roberto Curvo	TJMT	rodrigo.curvo@tj.mt.gov.br
Vicente Fernandes Tino	TRT11	vicente.tino@trt11.jus.br
Wilson Aquino	CJF	wilson.aquino@cjf.jus.br

Assuntos Tratados / Deliberações

Memória da Reunião

A reunião teve início às 10 horas.

Dr. Marivaldo iniciou a reunião cumprimentando os presentes. Após isso todos apresentaram-se.

Wilson Aquino apresentou a adaptação feita pela sua equipe da IN-04 para uso pela Justiça Federal a qual foi uma simplificação com criação de modelos (templates). Foi informado aos presentes que o CJF possui curso EAD que ensina a utilizar a solução adotada. Em relação ao curso foi solicitado pelo CNJ que o CJF disponibilize o material e o curso para que seja possível repasse aos Tribunais Estaduais. Foi esclarecido pelo CJF que o curso pode ser feito inclusive na própria plataforma da CJF. (modelo de contratação de soluções de TI – MCTI – JF. Tem todos os modelos).

Em relação a isso, Luís Felipe Schneider colocou que participando de um evento no dia anterior havia feito um questionamento sobre o uso da IN-04 para contratações complexas como, por exemplo, a contratação de fábrica de software, pois o TCU coloca restrições para declarar determinados atributos que melhor qualificariam os participantes de certames, como, por exemplo, inclusão de níveis próprios de MPSBr. Esclareceu-se que um fórum é a SLTI do Ministério do Planejamento. Foi levantado ainda o fato de que o judiciário não está obrigado a seguir a IN-04, a Resolução nº 90 do CNJ no seu artigo 4º estabelece regras que devem ser seguidas pelo judiciário, porém, ela não cobre completamente o assunto.

Foi sugerido pelo Dr. Paulo Cristóvão que seja feito um grupo para aprofundar o estudo e criar modelos (templates) para serem submetidos à apreciação da Comissão de TI e Infraestrutura, caso a comissão aprove poderá levar ao Plenário e ser publicado como um

anexo da Resolução. A partir daí, todo o judiciário teria um modelo a seguir.

Foram apresentadas dificuldades para se contratar fábrica de software por Pontos de Função. Por falta de servidores habilitados os Tribunais ficam praticamente obrigados a contratarem uma outra empresa para fazer contagem dos pontos de função e acompanhar a qualidade do que é entregue. O TRF5, por outro lado, é uma exceção, pois possui uma servidora certificada e tem, inclusive, manual interno para contagem de pontos de função. Diante do exposto foi proposta que se forme um grupo informal que ofereça ajuda em relação à contagem de pontos de função.

Ficou definido que, para elaborar o estudo sobre a viabilidade de uso da IN-04 e propor um modelo alternativo para o poder judiciário será constituído um grupo formado por representantes do CJF, TSE, JT (TRT – SE e TRT-SP), TJRJ, TJPA, e TJRS. Ficou definido, ainda, que o grupo poderá convidar representantes do TCU e da SLTI para atuarem como consultores.

Gustavo Sanches ressaltou o esforço da Justiça do Trabalho através do CSJT em relação ao PJe. Foi informado que foram aprovados 20 cargos para uso no PJe. A JT tem como meta implantar o sistema em 10% de suas unidades ainda neste ano, podendo chegar a 40% delas.

Olivio Balbino complementando, informou sobre o processo de desenvolvimento colaborativo do PJe, com diversos tribunais participando e que o sistema está ganhando forte adesão também da justiça federal e está em produção em tribunais federais e estaduais.

Em relação ao PJe houve grande discussão entre os presentes. Dr. Paulo Cristóvão fez considerações em relação ao acesso ao CPF/CNPJ, será criada redundância para agilizar as consultas e evitar o acesso real à Receita Federal. Foi apresentado, ainda, o modelo de interoperabilidade. Foi informado os presentes que está em processo de instalação o PJe nos TJDF, TRF2, TJMG, TJAM, TMMMA e TJES. Após a homologação da Versão Nacional está sendo preparada a migração da versão 1.0 para a versão 1.4. A versão em Oracle está prevista para maio e já estará testada e homologada.

Foi apresentado que a grande dificuldade atual tem sido a capacitação de servidores e a gestão de mudança, na implantação do PJe.

O Gustavo Sanches destacou que hoje a JT tem uma equipe de 40 pessoas dedicadas ao projeto. Preocupado com a continuidade do projeto, destacou que o CNJ tem uma equipe, que embora muito capacitada, é pequena.

Foi esclarecido que a CTII–Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ, encampou a proposta do Diretor de TI que solicita a criação de cargos para a TI visando a manutenção do PJe e atualização da estrutura no DTI/CNJ. Para o projeto, é necessário, ainda treinar servidores de tal sorte a garantir que o conhecimento fique com o poder judiciário.

Dr. Paulo Cristóvão esclareceu que para a continuidade e preservação do PJe busca-se o apoio das Comissões do Conselho.

Fica definido que será enviado email para o grupo para que sejam indicados representantes para compor o grupo de estudo de contratações até o dia 27 de Abril, enviando também a resolução do CJF. Os membros do grupo avaliarão a documentação e na próxima reunião do Comitê se fará uma avaliação das sugestões, buscando compor uma solução para ser submetida à Comissão de TI e Infraestrutura do CNJ.

Será revisto e reelaborado o questionário de governança de TI.

A próxima reunião do Comitê Gestor Nacional de TIC fica marcada para o dia 09/05.

A reunião encerrou às 14:00hs.